

Assim sendo, Sr. Presidente, desejo externar às mulheres pernambucanas meu apoio e total solidariedade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para consignar nos Anais da Casa que, no último domingo, o Salgueiro Atlético Clube, o famoso Carcará do Sertão, tornou-se campeão da Segunda Divisão de Futebol do Estado de Pernambuco, campeonato de que participam vários clubes do interior e da Capital. O título foi consolidado com a vitória por 1x0 diante do Sete de Setembro, de Garanhuns.

O grito de mais de 10 mil torcedores não foi suficiente para fazer o Sete de Setembro levantar a taça de Campeão da Segunda Divisão de 2007, mas, sim, a alegria de algumas dezenas de torcedores que saíram do Sertão para assistir ao jogo na cidade de Garanhuns.

Carinhosamente conhecido como Carcará do Sertão, o Salgueiro tinha a vantagem de jogar pelo empate diante dos setembrinos, mas preferiu garantir o título com uma vitória: aos 4 minutos do segundo tempo, Rincon, aproveitando uma falha da zaga adversária, marcou o gol do título.

Desde o início da partida, Sr. Presidente, o Salgueiro se mostrou superior ao Sete de Setembro. Exerceu forte marcação sobre o adversário e teve mais chances de gol. O Salgueiro, que já havia tirado a invencibilidade do time de Garanhuns, repetiu no jogo decisivo o placar obtido na partida realizada no Agreste – 1x0 –, fazendo jus à conquista do campeonato.

O título possibilitará ao Carcará participar da Primeira Divisão de Futebol de Pernambuco, juntamente com as 3 forças máximas do Estado: o Náutico, o Sport e o Santa Cruz.

Gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar os dirigentes do Salgueiro Atlético Clube e todos os salgueirenses que vibraram com a conquista. Em especial, saúdo a Prefeita Cleuza Pereira, por ter deixado o estádio do município em condições adequadas para a prática do futebol.

Vamos rumo à vitória na Primeira Divisão de Futebol de Pernambuco em 2008.

Durante o discurso do Sr. Gonzaga Patriota, o Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, ao participar do Seminário Pesquisa Tecnológica, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na condição de Presidente do Conselho

de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, pronunciei o seguinte discurso:

Desde a criação das primeiras agências de fomento, a FINEP e o CNPq, a partir da década de 60, se discute como fortalecer a pesquisa científica e tecnológica em nosso País. As diretrizes dessa política, em termos teóricos, tornaram-se cada vez mais claras com o passar dos anos, e, especialmente, após a realização das 3 conferências nacionais de ciência e tecnologia, a mais recente em 2005. Basicamente, o norte central é transformar C,T&I em instrumento do desenvolvimento nacional.

Para tanto, é preciso expandir a base científica e tecnológica nacional; incentivar a inovação nas empresas; investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e equalizar a distribuição de recursos e a formação de RH nas diversas regiões do País, num esforço de integração.

Todos esses objetivos, e muitos outros que podemos mencionar, são absolutamente consensuais em termos de política pública, mas não encontram a mesma convergência quanto tratamos de recursos. A área de C&T não mais pode ser prejudicada pelas políticas fiscais e monetárias do País, como os constantes contingenciamentos de recursos, inclusive dos fundos setoriais.

Temos insistido nessa questão, no sentido de que o Governo desperte para esse “atentado” ao País que representa a escassez de verbas de financiamento para o setor. Com efeito, retirar fontes da ciência e tecnologia é minar as chances de o País crescer mais rapidamente a curto e médio prazos, como fizeram outros países que formam o chamado BRIC, notadamente China e Índia.

Aumentar o diálogo entre a academia e as empresas; atrair investimentos estrangeiros para as pesquisas realizadas no Brasil; ter metas claras e objetivas de formação de mão-de-obra de alta qualificação; aprimorar a infraestrutura de pesquisa tecnológica; e oferecer vantagens tributárias, fazendo com que mais e mais empresas compreendam o alcance de se investir no setor são ações complementares para aumentar a competitividade do País frente às demais economias mundiais.

Gostaria de deixar consignado minha luta pela recuperação dos investimentos em pesquisa tecnológica no País. Sem verbas, não há

parcerias, leis ou boas intenções capazes de nos alçar a um patamar respeitável na produção científica e tecnológica mundial.

Podemos até ter o melhor e mais bem estruturado sistema científico e tecnológico da América Latina, com mais de 50 mil pesquisadores e dezenas de instituições de pesquisa consolidadas. Entretanto, o nosso parque tecnológico está muito aquém do real potencial que apresentamos como Nação.

Uma das razões para esse déficit científico é a ausência de uma cultura de ensino tecnológico, tão crucial para imbuir os jovens em uma mentalidade de inovação. As pesquisas demonstram que, no Brasil, não há falta de vagas no mercado de trabalho, mas, sim, escassez de mão-de-obra qualificada para ocupar esses postos. Comparativamente com as nações desenvolvidas, o País forma poucos engenheiros e não há uma estrutura educacional flexível o bastante dirigida a outros tipos de formação, que não apenas e tão somente o ensino acadêmico.

A pesquisa tem quem estar na alma do brasileiro, assim como o samba e o futebol. E a única forma de mudar esse quadro é começar a educação científica desde cedo. Precisamos dotar as escolas de laboratórios de pesquisa e centros de informática; criar novos centros de formação profissionalizante e estabelecer parcerias entre o setor produtivo local, as escolas e universidades e as instituições.

O ensino médio nunca teve a devida atenção no Brasil. O Sistema de Avaliação do Ensino Básico demonstrou que, em 2003, apenas um terço dos jovens entre 15 e 17 anos estão regularmente matriculados nessas séries. Além disso, entre os alunos da 4ª série, apenas 6,2% têm padrão adequado em português.

Os efeitos da má qualidade do ensino são o de produzir gerações perdidas para o conhecimento. Segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, elaborado pelo Instituto Paulo Montenegro, apenas 26% dos brasileiros entre 15 e 64 anos apresentam habilidades plenas de leitura. Isto é, os 74% restantes, ou 85 milhões de pessoas, são considerados, total ou parcialmente, analfabetos funcionais.

Diante desse cenário, precisamos fazer um pacto por mudanças na qualidade e no foco da educação que temos hoje no País. Devemos criar uma cadeia de conhecimento,

a partir de articulação entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, somando-se ainda as instituições sociais e o setor produtivo.

Uma política de ciência, tecnologia e inovação não deve levar em conta apenas a produção de bens e serviços nem somente a geração de emprego e de divisas para nossa economia, mas também a promoção da inclusão social, como o acesso à educação, ao ensino profissionalizante, ao trabalho e ao mercado de consumo, bem como o acesso aos sistemas digitais de informação e comunicação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Bornier.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os constantes aumentos do custo de vida, apesar de manifestações oficiais em contrário, estão levando as populações dos grandes centros urbanos a enfrentar grandes dificuldades, na medida em que são obrigados a conviver com o encarecimento diário dos gêneros de primeira necessidade e de outros bens essenciais, como água, luz, telefone e gás. Sem falar dos medicamentos, que estão hoje, simplesmente, quase inacessíveis.

Como se não bastasse esse estado de coisas, a população vem sendo atormentada pelos constantes aumentos exagerados nos preços administrados por Estados e municípios, os quais são majorados da noite para o dia sem qualquer explicação. Os números são 3 vezes maiores que os apresentados pela inflação, e ninguém sabe dizer o porquê desse procedimento.

Não existe escapatória para os consumidores, nem mesmo a Justiça tem solução para esses excessos. Como está é que não pode ficar, Sr. Presidente. As autoridades governamentais têm, enfim, que tomar providência para coibir esses abusos.

Como consequência inevitável e desastrosa desses aumentos, sempre temos uma acentuada retração do mercado interno, o que causará diminuição da atividade do comércio e da indústria, gerando aumento do desemprego.

Esse processo já se vem verificando, aliás, desde a desvalorização do real. A desvalorização do real em relação ao dólar produziu um efeito positivo em